

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO EM QUESTÃO

Teresa Peixoto Faria
Professora do Programa de Pós - Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
E-mail: teresapf@uenf.br

Karoline Gomes Batista
Discente do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
mail: 20211400034@pq.uenf.br

Lorena Passos do Nascimento
Discente do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
mail: llore203@gmail.com

Maria Luísa da Hora Ribeiro
Discente do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
E-mail: 20211400039@pq.uenf.br

Resumo

O presente trabalho trata da problemática da preservação e manutenção do patrimônio histórico e cultural do centro histórico de Campos, cujos elementos materiais e imateriais ainda existentes são fundamentais para a manutenção da memória individual e coletiva e para a construção da identidade do indivíduo com o meio em que vive e, por conseguinte, com a cidade. Porém, o que se observa é a ausência do poder público no processo de sua preservação e de valorização, principalmente no que concerne à herança e ao patrimônio afro brasileiro. Assim, o trabalho tem por objetivo analisar as políticas públicas de preservação, promoção, difusão do patrimônio histórico e cultural, assim como aquelas voltadas para intervenções urbanísticas, no centro histórico da cidade de Campos dos Goytacazes.

Palavras-chave: Campos dos Goytacazes, centro histórico, patrimônio cultural

Abstract: This paper addresses the issue of preserving and maintaining the historical and cultural heritage of Campos dos Goytacazes' historic center. The remaining tangible and intangible elements are crucial for preserving individual and collective memory and for building an individual's identity with the environment in which they live and, consequently, with the city. However, the lack of public authorities in the process of preserving and valuing it is evident, particularly with regard to Afro-Brazilian heritage. Thus, this paper aims to analyze local public policies for the preservation, promotion, and dissemination of historical and cultural heritage, as well as those focused on urban planning, in the historic center of Campos dos Goytacazes.

Keywords: Campos dos Goytacazes, historic center, cultural heritage

Campos dos Goytacazes, situada no norte do Estado do Rio de Janeiro, foi instalada como vila de São Salvador dos Campos, em 1677, e elevada à categoria de cidade, em 1835. Ao longo de sua história ligada à indústria açucareira, a cidade passou por intervenções visando sua ampliação, melhoramento, embelezamento e modernização. Essas ações, ao mesmo tempo que destruíram muitas construções históricas, produziram outras com novos estilos arquitetônicos.

A questão patrimonial possui um caráter de extrema importância para a identificação social, cuja história está intrinsecamente ligada à transformação urbana. A problemática que envolve o centro urbano de Campos dos Goytacazes incorre na necessidade de preservação e manutenção do patrimônio histórico como elementos fundamentais à formação da identidade cultural da cidade.

Sua praça principal, a Praça São Salvador, possui uma importância histórica tanto para a cidade quanto para seus moradores. Independentemente do formato, da função ou das transformações do espaço urbano, a praça possui um papel fundamental no que tange às relações sociais e às interações e expressões cotidianas da população campista. A área central conformada ao redor da igreja matriz e da praça São Salvador, em frente ao Rio Paraíba do Sul, seguiu o modelo português de implantação de vilas e cidades e de exploração colonial, visando gerar riquezas para a metrópole (Portugal). Fatores econômicos, como o desenvolvimento da indústria açucareira e o diversificado comércio organizado ao seu entorno, colaboraram para o processo de modernização da cidade para atender às exigências do capital.

O destombamento e abandono dos prédios mais antigos do centro histórico de Campos, refletem um movimento de rejeição da história pelo teor que caracteriza o mundo moderno. O que deveria resultar em mobilização para a preservação, se estabelece em uma ação contrária a ela, ou seja, a demolição arquitetônica da cidade de Campos, na intenção de construir uma nova arquitetura com objetivo de atrair maior valorização econômica do espaço urbano.

Todas as intervenções que sofreu o centro são movidas por um desejo cíclico de modernidade de uma dada sociedade inserida em um determinado contexto histórico. É possível perceber, no espaço urbano, que a transformação morfológica gradativa acontece porque o centro antigo já não corresponde aos ideais modernos, nem aos interesses do capital. Sendo assim, percebe-se logo, no caso de Campos dos Goytacazes e de muitas cidades brasileiras, o descaso do poder público com as heranças históricas da cidade.

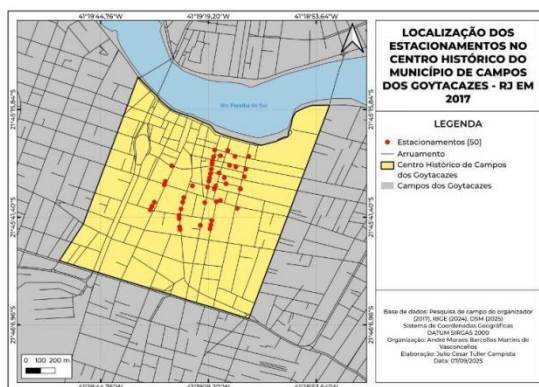
Boa parte dos edifícios antigos, situados na malha urbana central, passam pelo processo de abandono, deterioração, destombamento e grande parte chega ao ponto de demolição, evidenciando a ausência de preservação do passado arquitetônico campista.

Nesta ruptura com o passado histórico da cidade, não podemos esquecer uma das grandes perdas ocorridas no centro histórico de Campos, a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, inaugurada em 1790, anexada ao hospital Santa Casa de Misericórdia, ambos paralelos à Praça São Salvador no passado. Assim como a antiga sede do Banco do Brasil, entre outros prédios coloniais em outras circunscrições do centro histórico que acabaram perdendo espaço para construções que não representam identitariamente a cidade, são exemplos de patrimônios perdidos que acabaram dando espaço para construções de empreendimentos que visam lucro.

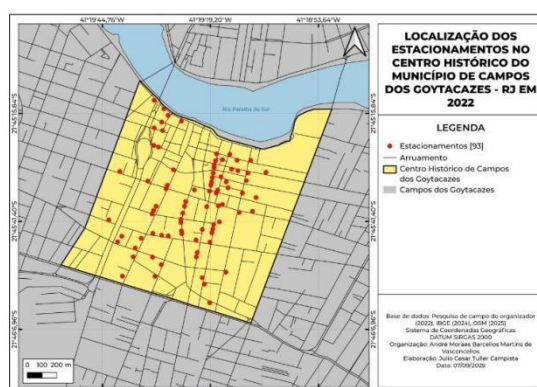


Figura 1: Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, anexada ao Hospital Santa Casa de Misericórdia, meados do século XX

Fonte: acervo digital; disponível em: <https://camposfotos.blogspot.com/2010/12/igreja-de-nossa-senhora-mae-dos-homens.html>



Fonte: Organização dos autores (2025).



Fonte: Organização dos autores (2025).

Figuras 2 e 3: Localização dos estacionamentos no centro histórico em Campos dos Goytacazes, RJ, em 2017 e 2022.

Fonte: Vasconcellos, A. M. B. M. de; Pedlowski, M. A. Revista Geografia em Atos. v.09, n.00. e025006, 2025. p.10-12.

A demolição desses marcos históricos decorre dos obstáculos significativos enfrentados pela preservação em Campos, incluindo a falta de investimentos financeiros e a lentidão nas intervenções necessárias. A omissão em zelar pelo patrimônio permite que o espaço histórico seja reordenado por uma agenda que prioriza o desenvolvimento por meio de empreendimentos especulativos. Essa dificuldade em proteger os âmbitos materiais e imateriais da memória e identidade campista cria um vácuo de consciência histórica, o que está diretamente relacionado à falta de visibilidade e valorização dos espaços de memória, como aqueles ligados ao movimento abolicionista, a exemplo do próprio prédio da Lyra de Apolo, um dos prédios históricos representativos na área

central de Campos, construído em 1912, cuja história pouco se ouve falar. A trajetória desse patrimônio é pouco conhecida. O acesso à informação é restrito e falta reconhecimento do valor histórico do edifício, cuja materialidade se entrelaça ao patrimônio imaterial da cidade. Além do incêndio de 1993, o prédio em 2023 passou por intervenções, que inviabilizaram seu uso, limitando a circulação em suas dependências.



Figuras 4 e 5: Prédio da Lyra de Apollo localizado na Praça São Salvador

Fonte: acervo digital; disponível em: <https://camposfotos.blogspot.com/2013/09/sociedade-musical-lyra-de-apollo-campos.html>

A precariedade da preservação arquitetônica evidencia a necessidade de refletir sobre a relação entre a sociedade campista e seus bens culturais: que identidade se constrói em torno desse patrimônio e qual é o significado que ele assume para a comunidade? Essa reflexão se aprofunda quando observamos o fenômeno da invisibilização de edifícios e histórias vinculadas às trajetórias de pessoas negras campistas, revelando como o racismo estrutura e limita o campo patrimonial, material e imaterial.

A invisibilidade do negro nas representações como estátuas, bustos, e da cultura afro em chafarizes ou fontes ornamentais existentes nas ruas, em praças públicas, manifesta outra forma de alienação ou desterritorialização, não sendo fruto do acaso, mas de uma relação de poder. De fato, o simples desejo de erigir uma estátua à memória de um personagem ilustre não assegura, de imediato, a seu promotor, as devidas autorizações burocráticas. Contudo, a partir do momento em que os monumentos, as estátuas, os bustos ocupam um local público, isto significa que, de uma forma ou de outra, o que elas representam possui valores que se identificam parcial ou totalmente com a moral, o direito, à cultura e a ideologia das instituições públicas.

Vistos por este ângulo, podemos afirmar que os monumentos, as estátuas manifestam simbolicamente um corte social entre os que detêm o poder e os que são excluídos.

(D'Adesky, 1997, p. 312).

Destaca-se que a falta preservação e reconhecimento dos patrimônios históricos arquitetônicos, e do patrimônio afro situados na área central de Campos dos Goytacazes, influencia diretamente na memória histórica e no legado cultural da sociedade campista, criando uma comunidade cuja identidade é fragmentada, ou seja, incompleta, pois o apagamento do patrimônio histórico afro implica na sensação de não pertencimento ao espaço urbano no que se refere a população negra da cidade.

Le Goff (2008) ao distinguir a história da memória, desmistifica e seculariza as interpretações, da memória, que se manifesta pela afetividade. O estudo da memória social, nesse sentido, revela a capacidade de manipulação da memória coletiva. A

desvalorização dos espaços e das figuras negras de Campos demonstra o esforço das classes dominantes em se tornarem senhores da memória e do esquecimento, produzindo silêncios e esquecimentos da história que são, eles próprios, reveladores desses mecanismos de manipulação.

“Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes [...] que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (Le Goff, 2008, p. 422).

O centro da cidade, revela gradativamente seu esvaziamento. O espaço possui, na atualidade, poucas residências e inúmeras edificações voltadas para comércio fechadas. Tratada como mercadoria pela lógica capitalista, a moradia está sujeita à dinâmica do setor imobiliário que valoriza determinadas áreas em detrimento de outras. Esse fator, aliado à falta de investimento em segurança, cultura e lazer, na área central, contribui para a desvalorização de suas funções residenciais e comerciais.

Durante o dia há um grande fluxo de pessoas a transitarem pelas principais ruas do centro que se torna cada vez mais voltado para o comércio e serviços populares, bancários e institucionais, abstendo-se de atividades de lazer e recreação.

O medo e a insegurança tomam conta da população pelo descaso do poder público com o centro da cidade, fazendo com que suas ruas durmam juntamente com seus comércios. Assim, o período noturno se torna uma marca temporal estigmatizada.

Seria a noite capaz de esconder as feridas coloniais? O antropólogo Emiliano Dantas (2021) responde precisamente a essa persistência do colonialismo como sendo a colonialidade que se manifesta no presente, como racismo, opressão e falta de reconhecimento para aqueles cujas histórias não foram contadas ou foram contadas "ao contrário". A marginalização urbana seria neste sentido uma ferida colonial histórica que não cicatriza se não for tratada.¹

Chega-se à conclusão de que parcela significativa da população invisibilizada, estigmatizada que frequentam as ruas da cidade à noite se enquadra no que Goffman vai definir como sujeitos impertinentes à cidade.

As prostitutas, os viciados em drogas, os delinquentes, os criminosos[...]os parasitas e vagabundos, os gigolôs, os artistas de show, os músicos de jazz [...] e o mendigo, são impertinentes a cidade.[...] São essas pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social. (Goffman, 1922-1982, p.154-155)

Uma vez estabelecido o estigma, ao local e aos agentes que circulam nele, fica evidente uma distância social, que juntamente com a falta de segurança e investimento impede a grande circulação noturna no centro. Quando perguntada sobre sua relação com o bairro, uma moradora da rua conhecida anteriormente como *Petit Mort*², prontamente demonstra seu descontentamento:

¹ O conceito de ferida colonial é inspirado de Grada Kilomba (2019) e Mignolo (2017), na análise de Dantas.

² Petit Mort, do francês significa “pequena morte” no sentido orgásmico, é nome por qual a rua Gesteira Passos é conhecida desde o período colonial por haver uma concentração de prostíbulos e atividades ilegais da época, que inclui rodas de dança, música, capoeira e demais expressões culturais mal vistas na época.

“Tenho medo. A situação do centro é perigosa, muitos assaltos, quase todos os comércios foram assaltados, a praça São Salvador não vejo como antes mais. Os moradores de rua tomaram conta. Você não tem segurança de levar um filho lá. Muitas vezes eles são agressivos. Hoje você virou prisioneiro da sua própria casa.”

QUEM CONSTRÓI O ESPAÇO URBANO? A GÊNESE DA CIDADE MODERNA

O projeto de modernização do centro histórico de Campos dos Goytacazes nos séculos XIX e XX, produziu transformações profundas na dinâmica urbana, afetando tanto a morfologia da cidade quanto sua composição social. Como demonstra Faria (2008), a modernização campista esteve vinculada à emergência de uma nova racionalidade urbana no final do século XIX, quando investimentos públicos e privados passaram a reorganizar o espaço segundo valores de progresso, civilidade e eficiência, expressando tanto heranças do passado quanto projetos políticos do período republicano emergente. (Faria, 2008, p. 1–2)

“A partir da segunda metade do século XIX instauraram-se mudanças importantes no Brasil - a introdução de novos valores (os da sociedade Europeia) e de novas configurações socioeconômicas que tiveram como consequências mais marcantes a abolição da escravidão e a instituição da República. Assistia-se, então, um movimento de crítica e de modernização social e espacial acompanhado de mudanças sensíveis na composição social e nos fundamentos do sistema produtivo brasileiro; não menos no comportamento das pessoas.” (Faria, 2008, p. 41).

Os agentes responsáveis pela produção e pelo consumo da cidade, proprietários fundiários, comerciantes, industriais, profissionais liberais e o Estado, atuaram conjuntamente na reconfiguração do espaço urbano, guiados pelas demandas da economia urbana em expansão e por discursos de ordem, higiene e modernidade. Tais agentes detinham mecanismos complexos de ação, enraizados em interesses econômicos e sociais que reorganizavam as relações de poder e estabeleciam novas hierarquias espaciais.

Em consonância com essas formulações, a modernização da área central de Campos, já no início do século XX, seguiu uma lógica que buscava alinhar-se aos modelos urbanos pós-Revolução Industrial, marcados pela aceleração das atividades comerciais, pela intensificação dos fluxos e pela incorporação de padrões citadinos associados à ideia de vida moderna. A cidade se integrava a circuitos ampliados de circulação, refletindo transformações técnicas, econômicas e culturais que redefiniram o uso e o significado dos espaços centrais.

No centro comercial, instalado originalmente ao redor da praça e articulado ao rio Paraíba do Sul e ao canal Campos–Macaé, novas conexões se estabeleceram com a chegada das ferrovias, ampliando qualitativa e quantitativamente as ligações de Campos com o exterior. Esse conjunto de infraestruturas consolidou a expansão das atividades urbanas e reforçou o papel da cidade como mundo citadino. (p. 14–15)

“O projeto modernizador, embora pretendendo a integração do território e a construção de uma identidade nacional, não resolveu as contradições e nem apagou os contrastes entre as cidades do litoral, prontas para receber o capitalismo, e aquelas situadas no interior do país, ainda ligadas à tradição agrícola. Campos dos Goytacazes situava-se entre estas duas realidades: a adequação a esta nova ordem - representada pela cidade - e a manutenção dos antigos modos de vida - representados pelo campo. É na relação entre estes dois mundos que se constituiu a realidade urbana da cidade. Sua indústria açucareira modernizou-se acompanhando as exigências do capitalismo, ao mesmo tempo em que a cidade ganhava equipamentos modernos, infraestrutura e novos serviços. Criaram-se bancos, companhias de seguro, companhias de navegação; construíram-se vias férreas; instalaram-se esgotos, água corrente e iluminação elétrica.”(Faria, 2008, p. 41).

Portanto, observa-se que a atuação dos agentes modificadores do espaço urbano do centro histórico refletia interesses dominantes permeados por ambivalências e contradições. Os discursos modernizadores, fortemente vinculados a ideais higienistas, legitimaram intervenções para além da paisagem e da vida social em nome do progresso. Uma vez instauradas hierarquias espaciais, fica evidente para quem a cidade era efetivamente construída.

PATRIMÔNIO AFROBRASILEIRO: DO CENTRO, O MATERIAL E O IMATERIAL

Campos dos Goytacazes, sendo uma cidade escravista, é evidente que suas ruas, solares, igrejas e canais foram construídos por escravizados com habilidades técnicas e artesanais, deixando assim, nesse território e em todo o país, influências tangíveis e intangíveis. Portanto, estabelecer uma narrativa histórica contextualizada dos enfrentamentos raciais que constituíram a cultura e a identidade campista é essencial para compreender o patrimônio afrobrasileiro³ e os motivos da sua aparente ausência.

No período colonial, Campos era não só o centro do mercado canavieiro como também núcleo importante do movimento abolicionista, composto por nomes como Carlos Lacerda, que articulou em âmbito popular com o clube abolicionista e por meio do Jornal 25 de Março por ele fundado, reuniões públicas que facilitaram o diálogo incluindo inclusive os que ainda eram escravizados e José do Patrocínio que possuiu uma abordagem mais institucional e de certa forma diplomática, mantendo diálogo com a capital, com a coroa e organizações como a Lyra de Apollo⁴ que trazia outras perspectivas para os negros. Ambos visando burlar o poder sistêmico que a classe

³ Patrimônio afrobrasileiro para Alessandra Lima designa “toda expressão cultural que evoca, como espaço de elaboração, a experiência da escravidão ou, como origem, os significados e simbologias que remetem à ancestralidade africana” (2012, p. 16).

⁴ A Lyra de Apollo, como explanado anteriormente, é uma banda e escola música que foi formada por negros envolvidos no movimento abolicionista como João Bento Alves e Ninha Chica que formavam músicos e se apresentavam em diversos eventos da cidade, dando origem a artistas renomados como Wilson Baptista. As informações referentes a Wilson Baptista de Oliveira, mais conhecido como Wilson Batista e a Lyra de Apollo, foram obtidas através de aulas na qual foi conduzido um afro-roteiro em aula de campo pela Simonne Pedro Vieira, que possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2004), e especialização em Literatura, Memória Cultural e Sociedade pelo Instituto Federal Fluminense (2017).

dominante branca colonial monopolizava, sendo o Jornal 25 de Março uma das ferramentas mais importantes do movimento abolicionista campista por servir como meio de comunicação com outras cidades sobre o que ocorria na planície, denunciante dos abusos e violências e meio de cobrar às autoridades:

“A força pública se distinguiu pelo aparato das armas. Os abolicionistas pela palavra, pelas flores e pela música. O povo pela ordem, pelas palmas e pelas saudações ao dia 25 de Março. Quais são os desordeiros e anarquistas, os abolicionistas, o povo ou agentes da força pública representados pelo seu comandante?”
Jornal 25 de Março, 28 de março de 1886

Os abolicionistas receberam o escravizado Fernando e conduziram-se profissionalmente pela rua, até que pudessem tirar-lhes os ferros. A população indigna-se; os negreiros exasperam-se, dirigem-se à polícia, pedem-lhe que mande dissolver a reunião popular. Jornal 25 de Março, 6 fev. 1887.

Após movimentações e conflitos constantes entre escravizados e escravagistas, atentados aos abolicionistas, atentados ao 25 de Março - o maior deles, feito por policiais que atacaram a tipografia do Jornal impedindo publicações por dois meses, ocorre a abolição. Mal construída, sem assegurar o mínimo aos ditos homens livres, o que condicionou todos os ex-escravizados, sejam os saudáveis, enfermos, idosos ou crianças, à morte.

Abdias Nascimento em *O Genocídio Negro: processo de um racismo mascarado* (2016) desenvolve como a forma que a abolição foi dada é uma das políticas de aniquilação do negro, com a esperança de embranquecer a nação, garantindo que se mantenham à margem da sociedade sem que haja responsabilização dos senhores, do Estado ou da Igreja. O cenário do pós Abolição seguiu o propositado: homens livres submetidos a condição ainda de escravização, subserviência, moradia precária e criminalidade que comporão justificativas para ideologias higienistas de branqueamento, reformas e civilização na Campos do final do século XIX e início do século XX com a destruição de cortiços e moradias coletivos do centro, lei de vadiagem, perseguição a terreiros forjando uma eugenia cultural.

Mesmo sob esforços de estabelecer uma cultura hegemônica e homogênea que destruía ou assimilava as raízes africanas até que se façam imperceptíveis, não foi possível extinguir a sua influência latente sob toda e qualquer construção, material ou imaterial, campista e brasileiro. Exemplificativamente, os escravizados que foram desenraizados de seus locais de origem, filhos de Ogum⁵, chegaram ao Brasil com o domínio do ferro, utilizando dessas pequenas oportunidades durante sua exploração para se reinventar e se fortalecer, por meio da infiltração de sankofas⁶ na maioria das grades e portões feitos pelos negros em igrejas, solares e casas de senhores. nível municipal, a Lyra de Apolo como organização e seus prédios, sendo então o material e o imaterial, que foram idealizados e construídos durante período conflituoso e importante potencializador cultural no período colonial. Ela, assim como o Jornal 25 de março e terreiros de

⁵ Ogum é o orixá de origem yorubá cultuado em religiões afro-brasileiras de matrizes africanas dominador do ferro, da guerra e do fogo, que se materializa através da memória.

⁶ Sankofa, um dos adinkra mais conhecidos, significa a sabedoria de aprender com o passado para construir o presente e o futuro. Seu símbolo é o pássaro que olha para trás e fazia parte da cultura dos escravizados africanos trazidos de Gana, Togo e Burquina Fasso para o Brasil durante o período colonial.

candomblé, desempenharam esse caráter identitário e político que contribuíram para a reestruturação de uma africanidade usurpada.

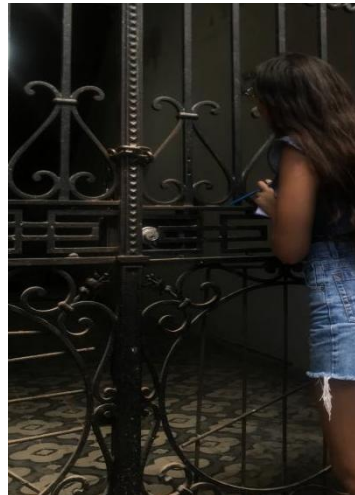


Figura 6: Ilustração de uma Sankofa. Figura 7: Sankofas no portão da Lyra de Apollo
Fonte: acervo digital e acervo pessoal

A Lyra de Apollo, diferente de outras lyras musicais do período colonial, se manteve até a contemporaneidade e possui em Campos duas construções no centro da cidade, ao contrário do Jornal que não se sabe com exatidão onde ele funcionava, sabe-se das rotas de fuga subterrâneas devido a relatos, mas não há registro fotográfico ou sinalização de onde se localizou o edifício, assim como não existe sinal de que era o primeiro mercado na esquina do Teatro São Salvador - espaço que era palco de debates abolicionistas que hoje dá lugar a um estacionamento, assim como também não há sinalização de onde exatamente era o porto de chegada dos escravizados, da Santa Casa de Misericórdia colonial que, filantropicamente, era o único refúgio dos escravizados e inúmeros outros edifícios como a Igreja da Boa Morte e patrimônios imateriais como o jongo, o candomblé e as floras que o abastece, o samba, que foram importantes para a história da cidade..

O campo⁷ do patrimônio cultural no Brasil por si só é hierarquizado e um espaço de relações de forças, que até então segue tendências conservadoras assim como em todo o ocidente, ao atribuir questões raciais, como no caso do patrimônio afrobrasileiro com contextos de movimentos eugenistas de embranquecimento cultural e racial os enfrentamentos se multiplicam, até mesmo no discernimento de que tipo de patrimônio são priorizados: qual história é preferível que seja disseminada para as classes dominantes agentes construtores do espaço?

O fato do pelourinho, renomeado como Monumento à Liberdade, estar localizado no meio do calçadão do centro histórico da cidade não é aleatório, no lugar antes conhecido como “rua do homem em pé”, é símbolo de açoitamento e tortura e, além disso, símbolo de poder e dominação, ou seja “uma ferida colonial” (Dantas, 2021).

⁷ Sentido dado por Bourdieu (2000, p. 244) como campo de poder, “espaço de relação de forças entre agentes e instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especialmente)”



Figura 8: Pelourinho, no calçadão em Campos dos Goytacazes, RJ.

Fonte: Grevi, Carlos. Pelourinho no Calçadão. 1 fev. 2021. 4 fotografia disponível em: <https://j3news.com/2021/02/01/historia-esquecida-monumentos-de-campos-sofrem-pichacoes-furtos-e-depredacoes/>

Saber também a importância da difusão do passado penoso e também reconhecer que essa história não se limita a essa condição, o quanto é importante inclusive saber quem de fato foram José do Patrocínio ou Wilson Baptista, partes da história que ampliem a visão de negritude e identidade campista, uma morada da Rua Boa Morte entrevistada se surpreendeu ao saber que seu bairro foi palco de grandiosos discursos e casa de artistas históricos enquanto não há demarcação de nenhuma dessas importantes partes da história: *“Tem que ser resgatado isso daí, tem que ir para os teatros as histórias desse povo (...) a minha cidade que tá cheia de ativistas e artistas que não são lembrados. A culpa é nossa que não damos credibilidade”*.

Reconhecer contribuições africanas como patrimônio é admitir que os indivíduos desumanizados cativos possuem cultura, identidade e epistemologias próprias, assim negando a existência de uma narrativa hegemônica do que é Campos dos Goytacazes, quem a construiu e quem a constrói ativamente, é denunciar o epistemicídio⁸, é trazer luz sobre o passado, construir uma memória que fará o futuro, o que trará ainda mais desafios.

DESAFIOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

É de conhecimento que o racismo que os grupos subalternizados ainda hoje enfrentam afeta o domínio do patrimônio cultural. Apesar dos avanços, a visibilidade de grupos sociais historicamente subordinados tem sido afirmada e a prática da patrimonialização no Brasil tem sido enfatizada na concretização da diversidade cultural, especialmente no âmbito material que constitui a nossa sociedade, o que mostra que o mercado ainda é limitado.

⁸ Em sua tese de doutoramento, Sueli Carneiro (2005) denomina de epistemicídio os processos de negação de povos e grupos afrodescendentes como sujeitos de conhecimento, a partir da negação, ocultamento ou desvalorização de sua visão de mundo e dos saberes que a sustentam tanto a partir do continente africano quanto em sua diáspora

Pois a subjugação de um povo sobre outro gerava não apenas um tratamento inferiorizado aos escravizados, mas a obrigação de se adaptarem aos costumes culturais dos seus senhores e perderem os traços culturais africanos.

Do ponto de vista arquitetônico, Bruno Mello (2012) fornece um exemplo. Pinturas, como as de Jean-Baptiste Debré que capturam africanos escravizados no Brasil, são frequentemente associadas ao artesanato. Com base nesses tipos de registros, muitos escritores, arquitetos e historiadores entendem que seu único papel na arquitetura brasileira é desempenhar funções domésticas relacionadas à função do edifício.

Quando falamos em representação negra, vemos o quanto se fala atualmente sobre esse assunto, mas muitos desconhecem o seu verdadeiro significado e impacto na construção da identidade negra. Infelizmente, a história da escravatura é tratada de uma forma que minimiza o seu impacto sobre os “escravos” negros, os “libertos” negros e os “descendentes de escravos” negros. Durante muito tempo, o padrão de beleza, o padrão do indivíduo perfeito, sempre foi um ideal branco.

A representação é um elemento-chave na construção da subjetividade e da identidade negra, e a visibilidade negra na mídia, nos ambientes institucionais, na política, na música e no cinema faz dos negros uma inspiração, não apenas para as gerações mais jovens, mas para todos os negros. Isso torna visível a “presença” invisível que fazia parte do repertório negro. Quando pensamos na invisibilidade negra e seu impacto na infância, podemos apontar para a magia dos contos de fadas, dos heróis e de todo o mundo infantil que é constantemente apresentada aos não-negros.

Os debates sobre a identidade nacional não são novos no Brasil. Em diferentes épocas, os esforços de intelectuais, políticos e elites foram dedicados à busca de características que identificassem as nações. E no meio deste debate, o tema do patrimônio cultural surgiu em meados da década de 1920, como forma de fortalecer uma expressão particular do país. Esse processo não parece estar relacionado a debates relacionados às questões raciais, mas envolve ao mesmo tempo, a intensificação de práticas que visam a melhoria da “raça brasileira”. Embora baseada em um paradigma relativamente diferente, a constituição do Brasil no campo da proteção do patrimônio cultural é um dos instrumentos utilizados pelo governo Vargas para promover a unidade nacional.

O conceito de patrimônio tem significados históricos complexos. Seu significado original está ligado por acidente histórico a muitos outros termos que redefinem continuamente a compreensão da sociedade em termos de “mercadorias” culturais.

Nesse sentido, qualquer consideração sobre o desenvolvimento do pensamento tradicional no Brasil deve ser definida por uma análise do contexto intelectual e político em que ele se desenvolveu. Isso porque a síntese das categorias de pensamento define as práticas que delas produzem resultados concretos.

A primeira constituição, promulgada em 1934, introduziu disposições para a proteção do patrimônio cultural e deu ao Estado a responsabilidade de proteger os monumentos históricos e as belezas naturais. Em 1937, a Carta Magna definiu a igualdade de responsabilidades dos governos locais e forneceu um quadro jurídico favorável para a criação de normas eficazes para a proteção dos bens culturais (Silva, 2002, p. 132).

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo

a nomeação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto, mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública.⁹

Na publicação "Matriz Africana no Mundo" organizada por Elisa Nascimento, Kabengele Munanga (2008) analisa os diferentes contextos em que os estudos africanos no Brasil têm sido enquadrados. Na primeira etapa, o objetivo foi compreender as pessoas negras e seu impacto na sociedade. No entanto, eles são tratados como objetos e não como sujeitos de conhecimento. Na segunda fase, à medida que muitos países africanos se tornavam independentes, alguns países queriam investir na investigação africana por razões econômicas e queriam desenvolver relações entre os colonizadores e os colonizados, incluindo os laços entre o Brasil e a África. Conexões entre a terceira fase desses estudos iniciaram-se na década de 1970 e esteve associada às populações afro-brasileiras que buscavam resgatar a identidade coletiva negra como forma de posicionamento ideológico e político.

Tal como os estudos africanos passaram por diferentes fases dependendo do contexto em que foram realizados, também o campo do patrimônio cultural sofreu mudanças ao longo dos anos. Um dos avanços observados nesta área de política pública é que a Portaria nº 375 de 2018 instituiu a Política do Patrimônio Cultural Tangível do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2018). O entendimento jurídico atual é que os patrimônios devem ser representativos dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, portanto, esta regulamentação amplia as ferramentas de conservação e permite que algumas histórias (como as de origem indígena ou africana) sejam representativas dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira.

O primeiro desafio é o mais importante, investir na educação patrimonial, que é consistentemente negligenciada. Isto deverá permitir o debate e a (des)construção do patrimônio, conduzindo a apelos eficazes por políticas mais democráticas nesta área. Muitas pessoas não pensam sobre o que realmente significam o patrimônio, memória e identidade, embora se envolvam em processos relacionados com estas categorias, mesmo inconscientemente. Mas quando são encorajados a pensar sobre esta questão e a envolver-se com os símbolos que lhes interessam, esta política tradicional começa verdadeiramente a revelar-se na sua forma mais autêntica.

O segundo desafio para o domínio do patrimônio material é atualizar os critérios de seleção e gestão de bens culturais por parte de engenheiros, cientistas e até da sociedade civil, com base em novas perspectivas de atribuição de valor cultural, de modo a incluir elementos representativos do grupo mais diversificado da sociedade.

CONCLUSÃO

De acordo com o discutido previamente, entendemos que o patrimônio afrobrasileiro, por estar dotado de características que desafiam a construção de cultura hegemônica, encontra enfrentamentos mais expressivos, sendo na cidade de Campos dos Goytacazes explícito por meio da ausência de políticas de preservação vindas do Estado, que como agente social produtor do espaço urbano, se mantém parcial perante a construção de uma cidade que abranja todas as perspectivas, mantendo assim uma

⁹ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>

política de manutenção da cultura hegemônica e de um epistemicídio com a constante invisibilização desses patrimônios. Portanto, como explanado anteriormente, a atuação dos agentes modificadores do espaço urbano do centro histórico, refletiram um interesse dominante constituindo-se em uma retórica ambígua, permitindo transgressões, de acordo com os interesses do agente dominante, com reformas de viés higienista advindos do desejo de modernização, que conseqüentemente criam hierarquias que determinam para quem a cidade é construída e essa lógica segue presente.

O abandono da cidade intensifica as estruturas capitalistas que condicionam o trabalhador a ocupar o centro apenas em horário comercial em posição de subserviência, a falta de preservação e de disseminação da história e cultura do espaço urbano destrói a construção de identificação com território, aumenta a criminalidade com o desuso e falta de estruturas cabíveis para a ocupação, como relatado pelos moradores do centro nas entrevistas, sendo assim afastando os cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil: 5 de outubro de 1988. Disponível em: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em 30 nov. 2025.

Brasil. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 30 nov. 2025.

Carneiro, Aparecida Sueli. A construção do outro como não ser, como fundamento do ser. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832> Acesso: 14 nov. 2023

Corrêa, Roberto Lobato. O espaço urbano. Vol. 174. Ática, 1989.

Costa, Tanize. *Abolicionismo em Ação: o jornal Vinte e Cinco de Março em Campos dos Goytacazes (1884-1888)*. ESSENTIA EDITORA IFFLUMINENSE, 2016.

D'adesky, Jacques. Acesso diferenciado dos modos de representação afro-brasileira no espaço público. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N. 25 (Negro brasileiro negro), 1997. P. 306-315. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/RevPat25_m.pdf . Acesso:07 dez. 2023.

Dantas, E. F. (2021). A imagem enquanto leitura e escrita do mundo: "leveleve" e a ferida colonial em São Tomé [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/22806>

DANTAS, Emiliano. Seria a costura uma grafia da antropologia? 140-164: 2023.
DOI: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.132413>.

Faria, T.de J. P. Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o “mundo citadino”. In: Agenda Social. Revista do PPGPS, v. 2, n.2, mai-set, 2008.

Goffman, Erving. "Estigma: notas sobre a manipulação da identidade." Tradução: Mathias Lambert 4 (1988).

Le Goff, Jacques. História e memória. 5.ed. 3.reimpr. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2008.

Nascimento, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Editora Perspectiva SA, 2016.

Nascimento, Elisa Larkin (org.). A matriz africana no mundo. São Paulo: Selo Negro, 2008

Oliveira, Fernanda Rocha de. "Representatividade Afro-brasileira no Patrimônio Material Urbano: avanços e desafios." (2021).
Dossiê: Patrimônios (in)visíveis, colonialidade(s) em escuta V 10 | n 18| jan-jun 2021
Edição eletrônica URL: NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br)
ISSN: 2558 - 2448

Oliveira, Otair Fernandes de. "A cultura afro-brasileira como patrimônio cultural: reflexões preliminares." *Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura* 15 (2019).

O centro histórico de Campos Em disputa- há muito tempo
<https://www.folha1.com.br/blogs/edmundosiqueira/2023/04/128971-centro-historico-em-disputa-ha-muito-tempo.html>

Os mapas foram inseridos como metadados no sistema da GeoAtos. Contribuições dos autores: André Vasconcellos e Marcos Antonio Pedlowski. In: VASCONCELLOS, A. M. B. M.; PEDLOWSKI, M. A. A destruição do patrimônio arquitetônico no centro histórico de Campos dos Goytacazes (RJ) enquanto estratégia de reconfiguração do espaço urbano. Revista Geografia em Atos, Presidente Prudente, v. 09, n. 00, e025006. e-ISSN: 1984-1647. DOI: 10.35416/2025.9802